

O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA POR MEIO DA HISTÓRIA LOCAL: DEBATES E PRÁTICAS NO PIBID

Filipe de Souza Queiroz, Mário Santos Moreira. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Enedi Prince

Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, fj2812@outlook.com, msmor2004@hotmail.com, prince@univap.br.

Resumo

O presente artigo discute os desafios e as possibilidades do ensino da História Indígena no Brasil, que se tornou obrigatório a partir da promulgação da Lei nº 11.645/08, por meio da História Local como ferramenta pedagógica. Para efetivação dessa prática, utilizamos uma discussão construída a partir do uso de referenciais teóricos da área e análise do Currículo Paulista e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de uma prática pedagógica desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em São José dos Campos. A atividade foi realizada com estudantes do ensino médio, utilizando cartas do século XVIII para observar a resistência dos indígenas da antiga Aldeia de São José do Parahyba. Verificou-se que o uso de fontes primárias e a contextualização local permitem uma compreensão mais crítica e significativa da história, valorizando o papel dos povos indígenas e combatendo a invisibilização. Mas, para uma efetiva mudança, é essencial uma abordagem transversal no currículo, a capacitação de professores e a participação de intelectuais indígenas na elaboração de materiais didáticos. A pesquisa possui como objetivo evidenciar o apagamento do ensino de História Indígena e a eficácia da História Local como uma ferramenta de ensino para a temática. Metodologicamente, o trabalho se baseia na análise da BNCC e do Currículo Paulista, além de autores da área de História Indígena e História Local.

Palavras-chave: Indígena, Local, Ensino.

Área do Conhecimento: Humanas (INID)

Introdução

O ensino de história indígena no Brasil, historicamente marginalizado nos currículos escolares, tem sido objeto de reflexão crítica, especialmente após a promulgação da Lei nº 11.645/08. Essa legislação, ao tornar obrigatório o estudo da história e cultura indígena nas escolas, busca confrontar as narrativas hegemônicas que por muito tempo relegaram aos povos originários o papel de coadjuvantes ou os apresentaram de forma estereotipada, como figuras do passado como se fossem um “povo extinto”, uma perspectiva que desconsidera a pluralidade das populações indígenas e o seu papel ativo na construção da sociedade brasileira (Cavalcante, 2020).

A obrigatoriedade representa um avanço fundamental no reconhecimento da população indígena. No entanto, passados dezessete anos desde a sua implementação, essa conquista ainda não se transformou em uma efetiva valorização dos saberes indígenas nos currículos escolares. Apesar da determinação legal, o que se observa é uma abordagem superficial, muitas vezes reduzida, sem uma reflexão crítica sobre o protagonismo, as resistências e as contribuições desses povos ao longo da História do Brasil (Cavalcante, 2020).

Além dessa discussão, Silva (2012) sugere um questionamento ainda mais urgente: como garantir um ensino significativo da História dos povos indígenas quando a própria formação docente no Brasil ignora a imensa diversidade dessas populações? A maioria dos professores da educação básica, muitas vezes limitados por uma formação eurocêntrica e descontextualizada (Silva, 2012), sequer tem acesso a conhecimentos básicos sobre as etnias indígenas existentes no país e suas lutas contemporâneas.

Se a falta de conhecimento sobre a importância da História Indígena é comum entre os professores, é essencial adotar estratégias que não apenas capacitem os educadores, mas também garantam que

esse conhecimento seja transmitido de forma significativa aos estudantes. Nesse contexto, a História Local surge como uma ferramenta poderosa para superar essa questão, pois permite conectar a realidade dos alunos às narrativas indígenas de maneira mais próxima e contextualizada.

Colocando em pauta a origem indígena do município paulista de São José dos Campos como discussão nas escolas públicas locais, a História Local surge como uma ferramenta essencial para fortalecer o vínculo entre passado e presente (Figueiredo, 2022, p.55). Ao reconhecer as raízes indígenas da região, os moradores podem desenvolver um sentimento de pertencimento, percebendo-se como parte de uma cultura que os antecede e os constitui. Essa conexão não apenas une a sociedade em torno de uma memória compartilhada, mas também estimula uma consciência crítica sobre a formação histórica da cidade.

Metodologia

A presente pesquisa possui como base metodológica a análise dos conteúdos programáticos do Currículo Paulista e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de aulas sobre a temática ministradas por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O referencial bibliográfico é composto por pesquisadores da área de Educação Indígena como Thiago Leandro Vieira Cavalcanti (2022) e História Local, como José D'Assunção Barros (2022).

Discussão

A crítica à invisibilidade curricular do tema História e Cultura Indígena não se limita à ausência de conteúdo, mas se estende à forma como a história é contada. Estevão Martins (2014) argumenta que a história indígena, quando ensinada, frequentemente se restringe ao período colonial ou a datas comemorativas, desconsiderando a rica diversidade de etnias, línguas e a intensa e contínua participação desses povos na formação do Brasil contemporâneo.

Entretanto, com a promulgação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, tornou-se necessário repensar o ensino de História no Brasil, incluindo de forma efetiva as contribuições, saberes e lutas dos povos indígenas. Porém, conforme apontado por Cavalcante (2020), a efetivação dessas diretrizes encontrou obstáculos que vão desde resistências ideológicas até a falta de formação adequada dos profissionais da educação, visto que, até recentemente, não estava presente na matriz curricular dos cursos de licenciatura em História.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua proposta para a área de Ciências Humanas, reconhece a importância de incluir a história e a cultura indígena desde as séries iniciais do ensino fundamental, um avanço no que tange à valorização da diversidade étnico-cultural. Contudo, como destacado por Cavalcante (2020), embora a BNCC utilize termos adequados como “povos indígenas” e promova visões pluralistas, ela mantém uma estrutura narrativa eurocêntrica e segmentada, que não valoriza suficientemente os indígenas contemporâneos como sujeitos ativos.

A postura curricular tende à historicização fragmentada dos indígenas, aparecem nos livros a partir do “Descobrimento”, ignorando todo o passado anterior ao contato com os europeus; mostra-se o processo de catequização; e, depois, reaparecem nos conteúdos de literatura, sobre o período do romantismo; só ressurgem nos conteúdos de História, da segunda metade do século XX, quando se fala da fundação da FUNAI, reforçando representações estáticas e distanciadas, além do uso de uma linguagem que, por vezes, neutraliza os conflitos históricos vivenciados pelos povos nativos que não se limitaram ao período colonial.

Cavalcante (2020) aponta que a ausência de participação efetiva de intelectuais e lideranças indígenas na elaboração da BNCC compromete a representatividade do documento. Além disso, a maneira como os conteúdos estão organizados resulta em um tratamento superficial das temáticas indígenas, reduzindo-as a tópicos isolados em vez de integrá-las de forma transversal e contínua ao currículo.

Desse modo, o ensino persiste em alguns equívocos apontados por Bessa Freire (2002): tratar as culturas indígenas como única e genérica; tratá-las como culturas congeladas no tempo, como se elas não pudessem se modificar ao longo do tempo; e mantendo os povos nativos no passado.

O Currículo Paulista de 2020, para a etapa do Ensino Médio, que determina as diretrizes do ensino do Estado de São Paulo, aborda o ensino de história indígena de maneira a valorizar a diversidade cultural e a superar visões estereotipadas, alinhando-se às diretrizes da Lei nº 11.645/2008 e seguindo

a linha de proposições estabelecidas pela BNCC. Todavia, a implementação ainda enfrenta desafios, como a falta de formação docente específica e a escassez de materiais didáticos que contemplem perspectivas indígenas de forma autêntica. Assim, embora o currículo avance na inclusão teórica, sua efetivação depende de políticas que garantam recursos e capacitação para uma prática pedagógica mais plural e decolonial.

A falta de aprofundamento, e até mesmo, a ausência de discussões relacionadas à História dos povos indígenas nos currículos educacionais brasileiros decorre de um projeto colonialista sustentado por uma perspectiva eurocêntrica de ensino. Ao longo de séculos, esse paradigma promoveu um sistemático apagamento das culturas e memórias indígenas, resultando até mesmo no apagamento de territórios originalmente ocupados por essas populações.

Um exemplo histórico disso é a cidade de São José dos Campos, município do interior paulista que surgiu como um aldeamento indígena. Esse tipo de política era uma prática que se caracterizava pela presença indígena e do branco colonizador na mesma comunidade (Papali, 2008, p.16).

Com uma população majoritariamente indígena, a Aldeia de São José do Parahyba, estava concentrada nos planos da coroa portuguesa para o sucesso da colonização na então Capitania de São Paulo, fazendo parte do “plano civilizatório” e das visões eurocêntricas daquele regime (Torrão Filho, 2007, p.216). Nas mãos de religiosos, São José surgiu como uma fazenda de gado pertencente à Ordem dos Jesuítas. No momento em que a produção se enfraqueceu, os padres inicianos a transferiram para um outro local, onde o aldeamento se desenvolveu. Habitado inicialmente por indígenas de outros aldeamentos paulistas, como de Itapeperica e Carapicuíba, que foram migrados pelos padres jesuítas com o objetivo de povoar o novo aldeamento, para que o local não fosse invadido ou considerado desabitado, aponta Angélica Brito Silva (2018, p.126).

Os indígenas, portanto, foram os primeiros habitantes do território que se tornaria São José dos Campos, a memória indígena da cidade apesar de escondida, apagada, não está perdida, e deve ser revisitada pela população da cidade, assim como coloca Maria Aparecida Papali (2008, p.15):

É necessário retalhar a cidade no sentido temporal, como se fossem finas camadas de tecido arqueológico em sobreposição, que ao serem retiradas uma a uma, revelam traços de um tempo escondido, mas nunca perdido, subsídios para a construção de uma memória que insiste em ser identificada (Papali, 2008, p.15-16).

Nesse sentido, para a identificação e valorização da memória indígena em São José dos Campos, e, conseqüentemente, para o aprofundamento das temáticas de História e Cultura Indígena nas escolas públicas, o ensino da História Local se apresenta como uma metodologia eficaz. Já que o conceito de local, ou lugar, de acordo com Tuan (1979) é “uma realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado” (Tuan apud Barros, 2022, p.25).

Esse pensamento envolve identidade e estabilidade, por um lado a identidade que se constitui como um processo pelo qual as pessoas se reconhecem em um lugar, criando uma conexão subjetiva com ele. Isso envolve a sensação de pertencimento, ou seja, o sentimento de que aquele espaço faz parte de quem elas são. A estabilidade complementa esse quadro, já que ela surge como conforto emocional ao lugar no qual o sujeito pertence. Os dois sentimentos juntos, se complementam, criando diferentes tipos de apego emocional ao ambiente, seja ele uma cidade, uma casa, uma paisagem ou qualquer outro espaço significativo (Barros, 2022, p.25).

Concomitantemente, a História Local pode ser um instrumento valioso para despertar o interesse dos alunos pela História Indígena da região onde vivem, incentivando a discussão dessas questões em sala de aula. Ao partir do sentimento de pertencimento, essa abordagem não só amplia o uso da História Local como recurso didático para compreender contextos mais amplos, mas também valoriza os conhecimentos e tradições das culturas locais. Dessa forma, contribui para a construção das identidades individuais e coletivas, fortalecendo os vínculos dos estudantes com seus grupos de referência (Figueiredo, 2022, p.14).

Dada a relevância da pauta indígena no contexto educacional, especialmente considerando seu apagamento histórico na cidade de São José dos Campos e sua abordagem superficial na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo Paulista, o estudo da história e resistência dos povos originários da antiga Aldeia de São José do Parahyba tornou-se o eixo central de práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

As atividades foram realizadas com estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola estadual parceira do Programa PIBID, em São José dos Campos, visando não apenas resgatar a memória indígena local, mas também promover reflexões críticas sobre a invisibilização desses povos e a sua luta por reconhecimento. A iniciativa buscou integrar conhecimentos históricos, culturais e sociais, contribuindo para uma educação mais plural, em diálogo com as demandas contemporâneas por representatividade e justiça histórica.

Para a realização da oficina, foram utilizadas digitalizações e transcrições de cartas datadas de 1766, enviadas pelo Padre Antônio Luiz Mendes, então vigário da Aldeia de São José, e por outros representantes indígenas locais ao governador da Capitania de São Paulo, Luiz Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus.

Esses documentos históricos, digitalizados, analisados e transcritos pelo Núcleo de Pesquisa Pró-Memória São José dos Campos, serviram como fontes primárias fundamentais para a atividade. Sua utilização permitiu aos estudantes um contato direto com os registros do período, facilitando a compreensão das dinâmicas de poder, resistência e cotidiano dos indígenas da antiga Aldeia de São José do Parahyba. Além disso, a análise das cartas proporcionou uma reflexão crítica sobre as relações entre colonizadores e povos originários, enriquecendo o debate sobre memória, apagamento histórico e protagonismo indígena.

As fontes foram analisadas pelos estudantes que foram divididos em quatro grupos, em forma de circuito, a transcrição das cartas foi sendo colocada nos grupos com perguntas relativas ao tema da aula, como: “quais perguntas podem ser extraídas dessa fonte?” ou “como você descreveria a importância dessa fonte para seu contexto histórico?”.

A primeira carta descreve a situação da Aldeia São José, denunciando as injustiças e violências cometidas pelo Diretor José de Araújo Coimbra, incluindo casos de escravização e abusos contra a população originária (APMSJC/Pró-Memória São José dos Campos, 1766). A segunda carta relata o abandono das casas e plantações pelos indígenas, um ato de resistência diante das condições desumanas a que eram submetidos (APMSJC/Pró-Memória São José dos Campos, 1767).

Esses documentos são poderosos recursos didáticos para o ensino de História Indígena, pois permitem uma abordagem crítica e reflexiva. Ao trabalhar com fontes primárias, os alunos têm a oportunidade de analisar os acontecimentos a partir da perspectiva dos próprios indígenas, o que contribui para desconstruir visões estereotipadas e eurocêtricas ainda presentes em muitos materiais didáticos.

Além disso, a análise dessas cartas estimulou o pensamento crítico. Os alunos puderam investigar o contexto em que os documentos foram produzidos, identificando os interesses em jogo e comparar diferentes versões dos mesmos eventos. Questões como “Quem escreveu essa carta e com qual objetivo?” ou “Como a situação descrita se relaciona com o que sabemos sobre a história indígena?” incentivaram uma leitura aprofundada e contextualizada.

Outro aspecto relevante foi a discussão sobre resistência. As cartas não apenas mostraram a opressão sofrida pelos indígenas, mas também suas estratégias de enfrentamento, como o abandono das terras para escapar da violência. Essa atividade auxiliou na desmistificação da ideia de passividade dos povos originários e destacou suas diversas formas de luta e sobrevivência.

A conexão com questões contemporâneas também foi enriquecedora. Ao debater as violações de direitos descritas nas cartas, os alunos puderam relacioná-las a desafios atuais, como a luta pela demarcação de terras e o combate ao preconceito. Essa abordagem tornou o aprendizado mais significativo, mostrando que a História não é algo distante e que está relacionada aos problemas reais do presente.

Conclusão

O ensino da História indígena no Brasil, apesar dos avanços da Lei nº 11.645/2008, ainda é marcado por abordagens superficiais e uma formação docente insuficiente. A História Local se mostra uma ferramenta essencial para superar essas limitações, especialmente em cidades como São José dos Campos, cuja origem está ligada a um aldeamento indígena.

As atividades desenvolvidas no PIBID, com análise de cartas do século XVIII, demonstraram que o trabalho com fontes primárias permite uma compreensão mais crítica da presença indígena, destacando tanto a opressão quanto suas formas de resistência.

No entanto, para uma efetiva mudança, é necessário repensar os currículos de forma transversal, capacitar professores e garantir a participação indígena na elaboração de materiais didáticos. Só assim a educação poderá romper com visões estereotipadas e valorizar verdadeiramente a história e a cultura dos povos originários.

Referências

APMSJC/Pró-Memória São José dos Campos, **Coleção Morgado de Mateus**, Catalogação na Biblioteca Nacional: I – 30, 14, 13, 8. I - 30, 24, 24, nº 3, 1766 - 1767.

BARROS, J. A. **História Local e História Regional - A Historiografia do pequeno espaço**. Revista Tamoios: UFRJ, 2022.

CAVALCANTE, T. L. V. **História Indígena e Ensino de História: apontamentos críticos sobre currículos e a Base Nacional Comum Curricular**. In.: CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira; SAMPAIO Paula Faustino (Orgs.). Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

FIGUEIREDO, R. R. **História Local em Sala de Aula: (re)contando a História de Paraíba do Sul-RJ**. Dissertação Mestrado, Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2022.

FREIRE, J. R. B. **A imagem do índio e o mito da escola**. In: MARFAN, Marilda Almeida. Congresso Brasileiro de qualidade na educação: formação de professores. Educação escolar indígena. Brasília, 2002, v.4. p.93-99

MARTINS, E. **A história que nos contam: um olhar crítico sobre o ensino de história indígena no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014.

PAPALI, M. A; ARÊDES, D. E. A. **A aldeia sublevada, ou a cidade em construção: resistência indígena na Aldeia de São José do Parahyba**. In.: PAPALI, Maria Aparecida (Org.). Histori(cidade)s: Um olhar multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, A. B. **O Aldeamento Jesuítico de Mboy: administração temporal (séc. XVII-XVIII)**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2018.

SILVA, E. **O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008**. Revista História Hoje, v. 1, no 2, p. 213-223, 2012.

TEAO, K. M. **Ensino de História Indígena: Algumas reflexões**. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. 2017, p.633-643

TORRÃO FILHO, A. **Paradigma do caos ou cidade da conversão? São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).